



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 7/2013

SESSÃO ORDINÁRIA

27 de dezembro de 2013

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

2º SECRETÁRIO: Mónica Sofia Jorge Serras

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, pelas oito horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Salão Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 2. CPCJ - Relatório Anual de Atividades – 2013;**
- 3. Documentos Previsionais para 2014 e Mapa de Pessoal;**
- 4. PAEL – monitorização e acompanhamento;**
- 5. Procedimento concursal – sapadores florestais;**
- 6. Lista dos compromissos, no âmbito da autorização aprovada pela A.M. em 28/09/2012.**

Período de Intervenção do Público

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Anacleto da Silva Batista, Alcina Manuel Batista Pinto Cardoso Almeida, Duarte Jorge da Silva Pedro, Francisco da Silva António, Francisco José Soares Lopes, Joaquim António Lopes Serras, José Fernando Amaro Esteves, Maria Arminda da Luz Oliveira, Miguel Afonso Catalão Alves, Mónica Sofia Jorge Serras, Paulo Jorge Falcão Lourenço, Teresa Gonçalves, Vítor Lopes Pires, Paulo José Casola Pedro, António Fernando, Jorge Nuno Lourenço da Silva Pina.-----

Não esteve presente o Senhor deputado Luis Manuel da Conceição Grácio. -----

Estiveram presentes os Senhores, Presidente da Câmara e Vereadores, Fernando Vasco e Pedro Duque. -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que foi dado conhecimento da substituição do deputado Pedro Carreira, pela Senhora deputada Teresa Gonçalves, a quem foi dada, automaticamente a posse. O Senhor Presidente da Assembleia fez referência ao Regimento da Assembleia Municipal, o qual está em vigor, desde o mandato anterior, existindo necessidade de o alterar e, na próxima sessão, a realizar no mês de fevereiro, o documento posto a discussão, solicitando que os três grupos parlamentares apresentassem ideias e sugestões para que se elabore um Regimento que sirva a toda a gente para este mandato.-----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor e uma abstenção da Senhora deputada Teresa Gonçalves. -----

Interveio o Senhor deputado Anacleto Batista apresentando uma moção, que sabe, não irá produzir muitos efeitos, mas tentará que as suas vozes não fiquem escondidas, cujo teor a seguir se transcreve. -----

“Muito embora já tenha sido debatida das mais variadas formas e por diversas instâncias, a implementação do novo Mapa Judiciário é um modelo que deve merecer a maior ponderação e análise realista, porque representa para concelhos como o nosso, de uma interioridade e desertificação humana tão deflagrante, uma medida a todos os títulos condenável, não só pelo que representa de aumento das dificuldades a quem carece de recorrer à justiça como também do aumento e abandono por parte dos que exercendo funções nos Tribunais, certamente terão de mudar de residência para outros locais.

E se já é difícil para muitos o acesso a uma justiça demasiado cara e com enormes atrasos, muitas vezes injustificados, pior ficarão com as descentralizações previstas no Mapa Judiciário, se vier a ser implementado tal como se encontra.

ASSIM:

Considerando que a implementação do novo Mapa Judiciário trará inúmeros prejuízos para a população do Concelho de Sardoal,

Considerando que as injustiças já são por demais evidentes com a falta de apoios às populações do interior, caso do nosso concelho;

Considerando que ainda se está a tempo de evitar que aconteça a implementação, tal como se encontra, do novo Mapa Judiciário,

Considerando que existem alternativas credíveis para um novo Mapa que contemple maiores possibilidades e facilidades de acesso,

A Assembleia Municipal de Sardoal, reunida no dia de hoje, deliberou fazer um apelo veemente ao Governo para que, como é de Justiça, refaça o Mapa Judiciário de modo a evitar que os prejuízos já por diversos meios

enunciados, não venham causar mais dificuldades aos que tenham de recorrer aos meios judiciais, mas que deixarão de o poder fazer se o mesmo vier a ser aprovado e implementado.” -----

O Senhor deputado acrescentou, em complemento, na reunião que houve em Abrantes, promovida pela Ordem dos Advogados e pela Câmara dos Solicitadores e com a Autarquia, foi apresentada uma proposta que lhe parece, de todo evidente, a melhor, que seria a criação de um único distrito judicial, Santarém-Portalegre, com três polos judiciários, Santarém, Abrantes e Portalegre, em que automaticamente, as competências destes tribunais ficariam complementadas, porque agora vão perder, designadamente, com a passagem dos tribunais de família, dos tribunais cíveis, das várias comarcas que vai tudo para Santarém. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que em nome do município foi tomada uma posição na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, tendo sido aprovada uma Moção, por unanimidade, que depois foi enviada à Senhora Ministra e, neste momento aguarda-se uma reunião com a Senhora Ministra, ou seja, com todos os treze municípios da Comunidade Intermunicipal. -----

A moção foi posta a votação tendo sido aprovada por unanimidade, devendo ser dado o devido seguimento para as instâncias interessadas. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Paulo Falcão para deixar os seus votos de boas festas e feliz 2014 para todos os elementos da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia e, para reforçar os votos de parabéns à corporação de bombeiros municipais, que completou mais um aniversário e que muito tem dignificado este concelho e, por isso, em nome do grupo de independentes, deixa os votos de parabéns e que todos os elementos continuem com força e coragem para continuar a dignificar aquela casa. -----

Interveio o Senhor deputado Francisco António, desejando a todo o executivo, a todos os membros da Assembleia e a todos os presentes, um ano de 2014 com muita saúde, que tudo corra pelo melhor, quer em questões de gestão pública quer a nível da vida particular de cada um e das suas famílias. -----

Continuou o Senhor deputado referindo que anda nesta vida há já alguns anos e gosta de viver e participar nas Assembleias Municipais, tal qual elas são, participativas, quer os acontecimentos sejam negativos quer sejam positivos e daí, esta sua intervenção vir de encontro ao espírito que tem acerca da participação nas coisas e a mesma visa dar a certeza, de ser a primeira de muitas que irá ter, querendo demonstrar publicamente o seu regozijo e satisfação pelo facto de o executivo municipal ter aprovado por unanimidade a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Autarquia, Miguel Borges, que visa serem servidas gratuitamente as refeições, a todas as crianças que frequentam o ensino pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico no agrupamento de escolas de Sardoal, numa altura em que tanto se fala e tanto se escreve da miséria e da fome que infelizmente são evidentes em muitos pontos do nosso país e quando se vive uma das maiores crises sociais de sempre, está-se na presença de uma medida tomada pela Autarquia Sardoalense de carácter humanitário, dando relevo e que muito o apraz ali registar. Com esta medida fica-se com a certeza que as crianças do concelho de Sardoal

terão garantida uma alimentação adequada pelo menos nos dias de aulas. São muitas vezes as decisões práticas e simples, embora onerosas, que melhor definem a grandeza das pessoas que a realizam, que lhe dão forma, até porque sensibilizam muito mais as populações. Esperava do Senhor Presidente, destas e de outras decisões, que com certeza a seu tempo virão. Espera-se por isso e por isso mesmo deve dizer que se está a começar muito bem, pelo que publicamente lhe dá os seus parabéns e a todo o executivo. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, fazendo votos de que todos tenham passado um bom Natal e, referindo que estas medidas, para além de terem um carácter social, é importante que seja dito, visam também, ser um pequeno incentivo para a fixação de possíveis casais novos. Se um casal quer começar a sua vida e constituir família, se tiver um concelho onde tenha estes pequenos grãos de areia que ajudam a funcionar a engrenagem, poderão optar por um concelho que tenha estas ofertas. Claro que é importante que se diga que, que na verdade já havia um conjunto de famílias, um conjunto de carenciados que eram apoiados, mas, também se sabe que o número de necessitados vai para além daqueles números que matematicamente, dão abaixo daquele que é o patamar definido em termos de ação social, mas existe também uma franja da população que agora também está com grandes dificuldade, referindo-se à classe média, a qual a Câmara pretende também apoiar, este grupo que está também de certa forma fragilizado, como a maioria dos portugueses. O Senhor Presidente quis ressaltar ainda, a importância que pode ter em pesar de certa forma, na decisão de um jovem casal, quando queira constituir família e morar, porque não no Sardoal, porque até oferecem também as refeições às crianças. -----

O Senhor Presidente a Câmara referiu ainda ficar satisfeito e, outra coisa não esperaria, que realmente esta proposta fosse aprovada por unanimidade, é claro que é assim, políticas à parte, todos irão constituir um grupo de trabalho sensível para este tipo de questões e, tem esperança, sabe e acredita, que muitas mais decisões, por unanimidade, irão ser tomadas por este executivo. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, desejando a todos os presente, ao executivo municipal e a todos os deputados, membros das juntas de freguesia, continuação de boas festas e um ano de 2014 cheio de sucessos profissionais e pessoais e, acima de tudo, com saúde, porque com saúde é meio caminho andado para que as coisas corram minimamente bem. -----

Continuou o Senhor deputado, referindo-se à questão das eleições, sobre as pessoas que de alguma forma exerceram uma atividade que pode ser confundida com ações de campanha e que, o Senhor deputado na Assembleia passada, pareceu-lhe que não havia necessidade de nomear as pessoas, mas dada a insistência, irá nomeá-las. Em Alcaravela houve um Senhor que faz parte da lista do Grupo de Independentes de Sardoal, que é o Senhor Elias Navalho, que efetivamente fez transporte de pessoas idosas para os locais de voto, o que na sua opinião pode ser confundida com uma ação de campanha em dia de sufrágio, por outro lado, no Sardoal, houve o Senhor Vítor Pires, o Senhor Guilherme Bandeira Martins, o Senhor Mário Lopes, que também tiveram ações,

que podem ser confundidas com ações de campanha e, seria preciso avaliar o material que foi distribuído, mas foram vistos a distribuir material de campanha ou, material que fazia menção ao PSD, nas proximidades do local de voto e, sobre esta questão estão as pessoas nomeadas, para que toda a gente fique esclarecida. -----

O Senhor deputado fez referência aos ajustes diretos, na última sessão e relacionados com o PAEL, veio a informação dos contratos assinados pelo município e que teriam repercussões no ano 2013 e seguintes, era com a empresa Sai de Casa e, na altura referiu, que achava que havia pouca concorrência e que eventualmente se estaria a beneficiar, algumas empresas, alguns empresários ligados ao PSD e, na altura foi acusado de não nomear as pessoas, portanto é a altura de o fazer, o Senhor César Filipe Pombo Grácio, era o quinto elemento da lista à Câmara Municipal, nas últimas eleições autárquicas e nestas eleições, apesar de não ter tido tempo de confirmar, crê que também fazia parte das listas do PSD e, é ele um dos sócios da empresa Sai de Casa e de outras que têm de alguma forma sido escolhidas para alguns concursos eventualmente por ajuste direto. Neste sentido e para que a Assembleia possa fiscalizar esta questão dos ajustes diretos com a devida clareza que se impõe, a bancada parlamentar do PS irá apresentar à Mesa, um requerimento a solicitar que sejam solicitadas à Câmara Municipal informações sobre os concursos por ajuste direto em que estiveram envolvidas algumas empresas do concelho. A questão coloca-se porque só duas empresas do Sardoal, a empresa Sai de Casa e a empresa Circuito Maior, desde 2008 até novembro de 2013, ganharam mais de 21% dos concursos por ajuste direto que a Câmara Municipal de Sardoal promoveu. Está-se a falar de mais de setecentos e vinte e seis mil euros, num total de três milhões e quatrocentos mil euros e, neste sentido, parece que existe uma obrigação de se fiscalizar estes atos. -----

O Senhor deputado quis ainda relembrar ao Senhor Presidente da Câmara que na última sessão foi formado um pedido de informações, às quais o Senhor Presidente ainda não deu resposta e que tinha a ver com os investimentos na Rua das Olarias e, para que não restem dúvidas a bancada parlamentar do PS irá também apresentar um requerimento para que essa informação possa ser prestada. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente, recordando ao Senhor deputado Adérito Garcia que na última reunião o senhor deputado tinha falado que mais uma vez este executivo continuava o trabalho feito pelo executivo anterior nos ajustes diretos e vem aqui confirmar que o Senhor deputado não fez o seu trabalho de casa, tanto não fez agora, como não fez na reunião anterior, porque a lista dos compromissos que vinham, compromissos plurianuais, de acordo com a Lei do PAEL, diziam respeito ao mandato anterior, não dizem respeito a este mandato, o Senhor viu mal as datas, foi trabalho feito pelo executivo anterior, do qual fez parte com muita honra. Continuou o Senhor Presidente da Câmara, referindo que todos eles são feitos num quadro completamente legal e, o Senhor deputado não o vai obrigar a pedir o cartão de militante, seja de quem for, quando quiser fazer um ajuste direto, porque não o irá fazer, seja a este senhor, seja a outro qualquer. O Senhor deputado está a fazer de uma árvore uma floresta, porque há muitos mais contratos, questionando porque é que o Senhor deputado

não vai saber qual o partido das outras pessoas com quem a Câmara tem ajustes diretos, indagando se ser do PSD, como o dono desta empresa, significa cadastro, não é! Tem tanto direito como outro e, o que é preciso é que preste um bom serviço e tem sido bem prestado. O Senhor deputado disse que eram 21%, questionando o Senhor Presidente, sobre com quem são feitos os outros 79%, de que partidos são, as empresas que fazem parte, devendo o Senhor deputado preocupar-se também com estes, ou só se preocupa quando a empresa é do concelho de Sardoal e, se for de uma empresa de fora, já pode ser do PSD ou de outro partido, já não lhe faz diferença. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que estes ajustes diretos são feitos num quadro completamente legal e o que o Senhor deputado está a pedir, é aquilo que é feito e, foi o executivo quem trouxe essa proposta para vir à Assembleia Municipal, os contratos plurianuais, porque os outros, vão a todas as reuniões de Câmara, indagando se o Senhor deputado não lê as atas das reuniões de Câmara. Todas as reuniões de Câmara têm uma lista de contratos celebrados no âmbito dos ajustes diretos, aqueles que não estão nas plataformas oficiais, porque também tem acesso a eles através da internet, mas até cinco mil euros, é enviada uma lista para os Senhores vereadores, para que tenham acesso e, com certeza, que pela leitura atenta que faz às atas, terá conhecimento deles, por isso transparência é total, o Senhor deputado não está a pedir nada que não seja feito neste momento, porque a Lei assim o obriga, mas se não obrigasse, os documentos são completamente transparentes e qualquer deputado, qualquer vereador tem todo o acesso a eles. O Senhor Presidente pediu ao Senhor deputado para não fazer caça às bruxas, porquanto a Câmara faz os ajustes diretos com quem a Câmara acha que presta o melhor serviço ao município e assim vai continuar a ser, enquanto a Lei assim o disser e dentro de um quadro legal e não é, por a empresa A, B ou C ter o cartão do partido A, B ou C, pois não é isso que interessa. -----

Continuou o Senhor Presidente da Câmara referindo novamente que existem mais 79% de ajustes diretos, solicitando ao Senhor deputado que na próxima sessão da Assembleia Municipal dissesse a que partido pertencem os donos dessas empresas, pois é justo que o faça. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo-se à observação que o Senhor Presidente da Câmara fez, em relação ao ter feito ou não o trabalho de casa, o comentário na altura justificava-se, porque o contrato em questão tinha sido assinado pelo atual Presidente da Câmara e na altura Vice-Presidente e foi exatamente nesse sentido. -----

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem do Dia

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**

O Senhor Presidente da Câmara informou ter sido optado apresentar um conjunto de reuniões e de trabalho que foi desenvolvido numa primeira parte, também algumas relações que houve com as associações, o trabalho que foi feito na área da educação e, na rentabilização dos recursos, os trabalhos que foram feitos, alguns deles iniciados no concelho e, tendo em conta que se está no início do mandato em que se está numa fase de adaptação e numa fase de adequação dos serviços ao executivo e do executivo aos serviços, pensa-se que se está a apresentar algum trabalho digno de ser visto, garantindo que irá ser sempre assim, será sempre com esta energia e com esta vontade que será feito. Relativamente à questão financeira, há uma redução, em relação á ultima reunião, de 330 mil euros e, na sua opinião é um valor que ressalta. O Senhor Presidente mostrou-se disponível para responder às questões apresentadas pelos deputados municipais.-----

Não havendo intervenções dos Senhores deputados, tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia para acrescentar que não era preciso ter sido sugerido, dado que era iniciativa deste executivo camarário, mas tinha pedido que esta informação, fosse de alguma forma, mais esclarecedora e mais desenvolvida, na perspetiva de dar a todos o acesso à informação e, na sua opinião, para uma primeira informação de início de mandato, cumpre esses requisitos, esperando-se que assim continue, cada vez a ser maior, pois quanto maior for, é sinal que mais se tem feito. -----

2.CPCJ - Relatório Anual de Atividades – 2013;

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a ordem e trabalhos refere Relatório de Atividades de 2013, mas é de 2012 e, se for questionado porque é que se toma conhecimento em dezembro de 2013, de um documento referente a 2012, é porque surgiram um conjunto de burocracias, e o Senhor Presidente da Câmara, por ser também Presidente da CPCJ poderá explicar melhor, que só permitiu agora ter acesso ao relatório. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que este relatório é colocado num programa informático que a Comissão Nacional disponibiliza e as coisas não funcionaram muito bem neste ano, havendo dados que não se conseguiam introduzir e o relatório arrastou-se até, salvo erro, julho e, depois teve de ser sujeito a aprovação. Entretanto a primeira Assembleia Municipal foi feita no início de setembro e, não houve hipótese de trazer o relatório antes, devido a uma questão técnica. Referiu ainda que o documento não está sujeito a aprovação, sendo só para tomada de conhecimento. Informou ainda que foi feito o plano de atividades para 2013, o qual também é presente e que é específico, que vai para além daquilo que se faz obrigatoriamente no acompanhamento de crianças e jovens, foi um plano de atividades feito para o primeiro período escolar e tem também muito a ver com facto de, a partir deste ano letivo, ter-se uma professora cooptada que passa a estar a tempo inteiro na CPCJ, ou seja, não está sempre na CPCJ, mas está a fazer um trabalho da CPCJ e escola,

tendo umas horas na escola, de CPCJ, onde acompanha os alunos, inclusivamente na sala de aula e depois, tem o acompanhamento e a gestão de processos dentro das instalações da Comissão. -----

Continuou o Senhor Presidente da Câmara referindo que o número de casos não aumentou, mas aumentou a sua gravidade, havendo também um aumento significativo de casos de violência doméstica, sinais que têm preocupado bastante. Até determinada altura havia casos que não eram considerados de grande gravidade mas, ultimamente, infelizmente, já no ano de 2012, começaram a surgir esses casos, no entanto, a articulação com os diversos parceiros, inclusivamente com o Ministério Público, tem sido eficiente e eficaz, com bons resultados. É uma prioridade e infelizmente a CPCJ continua a ser uma das prioridades do executivo, tendo todos de estar atentos porque em situações de crise, os perigos e os riscos a que as crianças estão sujeitas, aumentam bastante. -----

Interveio o Senhor deputado Miguel Alves, para colocar duas questões simples, nomeadamente o facto de ter verificado no relatório uma série de questões técnicas, questionando quem faz o relatório, se são as pessoas envolvidas no processo e, os processos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sardoal, incidem em dez gestores de processos e, dos 64 processos, quase metade incide sobre uma única pessoa, questionando o porquê, se é da área de educação ou outra. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que o relatório é elaborado pelos serviços técnicos e até por si próprio que acompanha a sua elaboração e depois é submetido à Comissão Restrita e, posteriormente é também aprovado pela Comissão Alargada da CPCJ, que é composta por várias pessoas do concelho, inclusivamente os quatro representantes indicados pela Assembleia Municipal. O caso do maior número de processos, não quer dizer que a pessoa tivesse em mão os 64, foram processos que entretanto se encerraram e foram sendo dados outros. A gestão de processos é feita por um grupo limitado de pessoas, pelas pessoas que fazem parte da Comissão Restrita, mas, por exemplo, o Presidente da Câmara, como Presidente da Comissão Restrita não pode ter nenhum processo e, acaba por ter todos, pois tem a coordenação de todos, mas na verdade, a sua grande maioria tem a ver com a área da educação, por vezes são casos de irmãos. A gestão é partilhada e tenta-se que seja justa e equilibrada, muitas vezes o elemento da CPCJ já conhece ou já acompanhou algum irmão ou algum antecedente familiar, esse é um dos critérios para que continue a ter esse processo. Quando são processos que têm origem na escola, ou quando se acha que só a intervenção na área da escola possa ser resolvido em articulação com a escola, diretor de turma, professor titular de turma e família, é preferencialmente dado à gestora de processos da área da educação, que neste caso é a professora Carmina, que tem feito um trabalho excecional e que tem sido um elemento de grande importância, de grande dedicação na CPCJ, como a grande maioria dos elementos se não a sua totalidade. Está relacionado com a questão de serem processos com origem na educação. -----

Relativamente à primeira questão colocada, informou que é a indicação que a CPCJ dá à Comissão Nacional pelo site que eles têm, onde estão os processos e onde é feita essa gestão e a CPCJ de Sardoal faz a sua avaliação e depois há um encontro Nacional das Comissões com a Comissão Nacional onde é feito um apanhado nacional de todos estes relatórios. -----

3.Documentos Previsionais para 2014 e Mapa de Pessoal;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que é um documento que é feito com muito rigor, prudência, transparência e algum equilíbrio. Tem de se ter consciência daquilo que se é e daquilo que se é capaz de fazer e, dosear os seus recursos ao longo do ano e não se entrar em grandes aventuras. É um documento previsionial e, como tal é uma previsão e, o executivo não tem qualquer problema, em qualquer altura do ano, em fazer alguma alteração orçamental ou propô-la e, as revisões necessárias para adequar este documento às realidades que possam aí vir, nomeadamente, o próximo quadro comunitário, que vai entrar em vigor a partir do dia 02 de janeiro, mas na prática, provavelmente ao fim de quatro meses é que poderá estar em pleno para que a Câmara se possa candidatar se assim os avisos de concurso estiverem ao encontro das necessidades da Autarquia. -----

É um orçamento que tem 1.5 milhões de investimento e está aqui porque se tem perto de 98% de garantia que se irá ter financiamento para ele, senão não constaria no documento. Eventualmente haverá algo mais que se gostaria de fazer e a Câmara está atenta aos próximos quadros comunitários e aos avisos de concurso e se aparecer algo que seja bom para o concelho, propor-se-á uma revisão, uma alteração para que se possa adequar os documentos previsionais à realidade da autarquia. -----

Continuou o Senhor Presidente da Câmara referindo que o documento foi elaborado com o máximo de rigor, mas também com o máximo de prudência.-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Joaquim Serras desejando continuação de boas festas e um bom 2014, colocando uma questão relacionada com o ponto dos investimentos, onde realça as obras de pavimentação em Cabeça das Mós, Panascos, Valhascos e Vale da Amarela, modernização administrativa no âmbito do COMPET, a oferta da refeição escolar que já foi falada, a renovação do parque automóvel e máquinas, requalificação das instalações e equipamentos camarários, melhoria da eficiência energética, implementação do sistema de transporte a pedido, desenvolvimento de projetos de defesa e proteção da floresta. Dentro destes investimentos previstos, solicitou que fosse explicado com mais algum detalhe o que é que está previsto, como está previsto e, aproveitou também para se congratular com este tipo de investimentos, pelo menos alguns bem são precisos. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo que sobre estes documentos previsionais, existe de facto, alguma alteração face ao passado, não querendo dizer que é melhor ou pior, mas ainda assim tem algumas questões para colocar ao Senhor Presidente, até porque no relatório não encontrou explicações para estas rúbricas e seguramente o Senhor Presidente saberá explicar. -----

O Senhor deputado aproveitou para chamar a atenção de um facto que já se tinha repetido noutros orçamentos e que eventualmente poderá haver outra forma de resolver esta questão, que tem a ver com as receitas que aparecem sempre nas rubricas “outras” e que neste orçamento ascendem a mais de um milhão e setecentos mil euros e mais de 21% das receitas totais, seguramente em termos de POCAL e, pelo que conhece, não há limite para a abertura de novas rúbricas em termos de contas, em termos de outra classificação económica, não tem conhecimento, mas se calhar seria importante procurar uma nova ou abrir mais rubricas, porque existem valores destes, que têm uma explicação e quando aparecem “outras”, aparecem ocultas num bolo que deixa muitas dúvidas quando se olha para 21% de um orçamento, que está “escondido” ou debaixo desta nuvem um pouco mais acinzentada. Esta é uma sugestão não sabendo até que ponto é que a mesma pode ser resolvida mas os serviços seguramente saberão explicar melhor. -----

Relativamente às rúbricas de receita que têm verba inscrita e sobre as quais não encontrou explicação ou qualquer outra informação mais detalhada, nomeadamente aos rendimentos de propriedade, nas receitas correntes fala-se em cerca de 890 mil euros, não encontrou mais nenhuma referencia quer no relatório quer no resto dos documentos a esta receita, solicitando que o Senhor Presidente explicasse a que é que se refere exatamente, o que é está aqui envolvido, qual é o fundamento que seguramente haverá uma explicação para a mesma e também outras receitas correntes, cerca de 290 mil euros, isto em termos de receitas correntes. Em termos de receitas de capital, o entendimento que tem é que estará previsto um empréstimo de 270 mil euros, porque aparece uma receita de capital em passivos financeiros, portanto é este o meu entendimento, querendo saber se é o correto e a que é que se refere, estando-se a falar da componente de investimentos da Autarquia nos projetos que espera ver aprovados nas candidaturas em vigor e, gostava também, que lhe fosse explicado, já na parte das despesas de capital, onde se tem uma rubrica “ativos financeiros” com 105 mil euros e porque viu orçamentos anteriores, esta rubrica nunca apareceu, querendo saber o que é que está por trás que explicará estes valores. -----

Continuou o Senhor deputado, referindo à parte das despesas, a bancada parlamentar do PS gostaria de ver algum sinal um pouco mais evidenciado da intenção e redução de custos de funcionamento, nomeadamente na aquisição de bens e serviços, esta rubrica face ao orçamentado para 2013, tem um acréscimo de 3%, são aproximadamente cerca de 50 mil euros, apelando para alguma gestão para que efetivamente se corte no possível. -----

No que concerne ao documento estratégico, e pegando no Plano Plurianual de Investimentos, o PPI, entende-se o mesmo como a grande estratégia da Câmara Municipal, até ao final do mandato e, neste PPI a estratégia encontrada é escassa, é um Plano com, aproximadamente 2.8 milhões de euros de investimento global, dos quais 2.1 milhões, se tudo correr bem, serão investidos em 2014, querendo que o Senhor Presidente explicasse o que é que está mais por trás, que lhe está a escapar ou que mensagem é que não passou pelos documentos, sobre este assunto, porque o documento como ele está e como se lê, parece que demonstra uma falta de estratégia, solicita que o Senhor Presidente seja mais explícito para que se perceba se é falta de estratégia ou se são os documentos que não a refletem. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara e pedindo desculpas ao Senhor deputado Joaquim Serras, começou por responder às questões apresentadas pelo Senhor deputado Adérito Garcia, dizendo que o montante de 800 mil euros, se refere à Barragem da Lapa. Em relação aos 270 mil euros, a Câmara não vai contrair um empréstimo, mas existe uma autorização, que já vem de há vários anos, de se poder contrair um empréstimo neste valor e, já nos orçamentos anteriores aparecia este valor nesta rubrica, não é 270 mil mas cerca de duzentos e pouco mil euros. Em relação aos 105 mil euros, os ativos financeiros, tem a ver com a compra de ações da Águas de Portugal, é um compromisso que a Câmara tem e que fez aquando do acordo com a Águas do Centro, porque a Câmara tem de ser acionista daquela empresa. Relativamente ao aumento de 50 mil euros, nos bens e serviços, tem a ver com o aumento das coisas, infelizmente, há um aumento de 50 mil euros, é uma previsão mas a Autarquia gostaria de não atingir este aumento, aliás, se se verificar o que foram os documentos previsionais para 2013, ou seja, o que foi o orçamento de 2012 e depois os documentos previsionais no mesmo ano e a prestação de contas, existe uma diferença grande, é claro que estes valores depois irão baixar bastante. Sobre o PPI, não concorda como Senhor deputado, o PPI é aquele investimento que se sabe que se vai fazer este ano, mas que se repercute nos anos seguintes, ou seja, um pouco em 2013, está muito longe daquilo que se quer fazer nos quatro anos, porque se assim

fosse, ter-se-ia um orçamento de muitos milhões e, forçosamente uma taxa de execução baixa e depois, aquando da prestação de contas, o Senhor deputado Adérito Garcia diria que a taxa de execução era muito baixa. À medida da possibilidade de se fazer os projetos que a Câmara quer, a Autarquia assume esses compromissos com os eleitores que elegeram o executivo, à medida que esses projetos, candidaturas vão aparecendo, vão sendo introduzidos e vai-se assim construindo o Plano Plurianual de Investimentos, o qual tem por base os investimentos que a Câmara achou que, a 95%, 98%, iria conseguir executa-los. Claro que no compromisso que têm com os sardoalenses, fala-se por exemplo na requalificação do parque escolar. Neste mandato já teve uma reunião com o Senhor Secretário de Estado, o qual disse que a requalificação do parque escolar é uma das prioridades para o Ministério da Educação para o próximo ano letivo, e este é um investimento na ordem de sete, oito milhões. Eventualmente poder-se-ia ter colocado no documento, como já foi feito há quatro anos, mas não vale a pena, se a meio deste ano se chegar a acordo com o Ministério da Educação e que esteja garantido a requalificação do parque escolar, dar-se-á conhecimento do mesmo e numa das Assembleias, haverá uma alteração aos documentos previsionais e por sua vez ao PPI, porque é um investimento que ultrapassa um ano só. -----

No que concerne às rubricas "outras", o Senhor Presidente referiu ter ele próprio colocado essa questão ao Chefe de Divisão, se não haveria outra forma de fazer as coisas e, o que lhe foi dito, foi que, tecnicamente não, porque por exemplo, uma determinada rúbrica tem várias subrúbricas, sendo uma delas denominada de "outras" na qual os valores a considerar são aqueles que não se enquadram nas subrúbricas anteriores, mas se existir alguma, atendendo ao valor, que lhe suscite maiores dúvidas, referiu ter consigo, tudo o que diz respeito aos "outros" e assim consegue responder ao que é que dizem respeito, não há no POCAL essa designação e assim remete-se para "outros". -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo que o POCAL é muito parecido com o POC, que se utiliza nas empresas e sabe que não existe nenhum limite à abertura de novas subcontas, ou seja, há sempre a possibilidade de antes do nove existem alguns lugares vazios, onde as entidades, as empresas e seguramente as Câmaras Municipais no POCAL, podem ajustar à sua realidade. -----

Em relação ao que disse o Senhor deputado Joaquim Serras, o Senhor Presidente, referiu que em relação às obras de pavimentação em Cabeça das Mós, houve recentemente uma reunião na CCDR em Coimbra onde foi proposto que se pudesse utilizar, aquilo que já era intenção da Autarquia, de candidatar algumas freguesias do concelho ao Ciclo Urbano da Água e à Mobilidade Territorial, só que

a candidatura apresentada agora, não pode incluir a vertente Ciclo Urbano da Água, mas sim numa grande percentagem, a Mobilidade Territorial, daí foram feitas alterações, adequações, adaptações e tem-se então a pavimentação e uma pequena parte de saneamento, porque a componente de saneamento que fazia parte do Ciclo Urbano da Água nos projetos anteriores, era uma componente muito maior e como tal, a possibilidade de vermos estes projetos aprovados, seria muito menor, por isso, ainda hoje tentou o contacto com a CCDR para trazer esta notícia da aprovação, mas não conseguiu confirmar, contudo acredita e pela conversa tida com o presidente da CCDR, Dr. Pedro Saraiva, que diz estar tudo bem encaminhado para que se tenha a pavimentação e saneamento de Cabeça das Mós, Panascos, Valhascos e Vale da Amarela, infelizmente não se pode colocar Casos Novos, porque a necessidade de saneamento, ou seja, aquela componente que estava destinada ao Ciclo Urbano da Água era muito maior do que a questão do pavimento e então esta candidatura iria ter um desequilíbrio muito grande, o que poderia causar que se tivesse um grande número de despesa não elegível e assim podia-se ter problemas financeiros muito grandes. No entanto, em relação a Casos Novos que não e consegui colocar nesta candidatura, a Câmara irá estar atenta, porque acha que é uma prioridade, uma necessidade urgente para que se consiga por num outro projeto. Está-se a falar na ordem de 1.1 milhões de euros, mais IVA, com uma comparticipação de 85%, o que faz com que se tenha também cerca de 200 mil euros, do orçamento da Autarquia, para que as obras se executem. -----

Relativamente à modernização administrativa, é um projeto que está a ser feito com a Comunidade intermunicipal, onde se vai ter 200 mil euros de investimento no próximo ano, precisamente na modernização, sistemas informáticos, na digitalização e desmaterialização de processos, que é muito importante porque aumenta a eficiência e a eficácia dos serviços. Sobre as refeições já se falou. A renovação do parque automóvel e de máquinas, é uma prioridade, porque quando se olha para o parque automóvel vê-se o desgaste que se tem com a oficina e com a manutenção, que começam a ser incomportáveis e como tal, tem de se fazer uma gestão de outra forma. O mercado tem sido analisado para que brevemente se possa renovar o parque automóvel. Sobre a requalificação de instalações e equipamentos camarários é fundamental, era transversal aos programas das diferentes forças políticas que se apresentaram a eleições nas últimas eleições autárquicas e como tal, estão todos de acordo e, com ela pretende-se não só melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores do município, mas também melhorar o atendimento de quem ali se desloca e também a eficiência energética que é muito importante, dado existirem uns vãos que se encontram em mau estado. A

Piscina Municipal é também uma preocupação pelo consumo que tem e, neste momento existem alternativas, e através da Agência Energética do Médio Tejo 21, da qual a Câmara faz parte, está-se a estudar soluções de melhoria da eficiência energética. Relativamente ao transporte a pedido, é um projeto da Comunidade Intermunicipal, que já foi implementado em Mação e que o executivo acha que pode vir a minimizar o problema das acessibilidades no concelho de Sardoal e que consiste no seguinte, existe um conjunto de trajetos que estão definidos como os trajetos que agora estão a ser feitos, pela Rodoviária, mas existe uma diferença, o veículo para fazer esse circuito, só sai, se tiver alguém a necessitar do mesmo, ou seja, existe uma central telefónica que está na Comunidade Intermunicipal em Tomar, e na véspera, a pessoa informa que necessita de transporte de um determinado local para outro e no dia seguinte o carro sai à hora marcada e leva a pessoa ao seu destino. A vantagem deste circuito é que existe um compromisso conjunto de agentes na área do transporte que, por exemplo, se para aquele dia, naquele trajeto, estiverem prevista quarenta pessoas, o veículo a sair será um autocarro, mas se só houver duas pessoas, sairá um carro ligeiro, eventualmente um carro de aluguer, um táxi, que, como Mação está a fazer e muito bem, faz parte desta parceria, ou seja há também uma mais-valia para os transportes que já existem, neste caso, os carros de aluguer, os táxis, que passam a ter um serviço acrescido, se forem nove pessoas a necessitar, sairá uma carrinha. O carro a sair será proporcional às necessidades, para que não aconteça sair um autocarro de 50 lugares e no trajetos só haver duas ou três pessoas, existindo assim esta rentabilização dos recursos. Em relação ao desenvolvimento de projetos de defesa da floresta, a Câmara continua com uma candidatura ao PRODER, que está no terreno neste momento, 2014 será o último ano de execução, irá continuar e também irá estar atenta a outros projetos e faz parte dos planos do próximo quadro europeu 2020, outros projetos no âmbito da defesa da floresta e a Câmara vai estar a trabalhar nesse sentido e vai querer que o Sardoal, tenha verde como se tem mantido nos últimos anos. Interveio a Senhora deputada Teresa Gonçalves questionando sobre os arranjos em Casos Novos, que foi referido que é prioritário mas tem de esperar pelo próximo ano, ou seja, se é prioritário porque é que tem de esperar e o que é que está a ser pensado para que não deixe de ser prioritário no próximo ano, que esteja de facto em condições para que possa ser, porque todos têm oportunidade de verificar que Casos Novos está mesmo a necessitar de ser arranjado. Também reparou que foi referida a questão do saneamento, questão que aguarda há cerca de uma década e nunca foi dada qualquer explicação, primeiro aguardaram que fossem os próximos, depois foi-lhes dito que já não seriam os próximos,

solicitando que fosse esclarecido em que pé está essa situação. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara informando que a Câmara se candidata, de acordo com os avisos de candidatura de abertura de concurso que existem e, quem decide esses concursos são regras comunitárias e, neste caso, para a região do Sardoal, a CCDR, Comissão Coordenadora Regional de Coimbra. Quando referiu este projeto que estava previsto e envolvia Casos Novos, tinha o Ciclo Urbano da Água, e quando se fala neste ciclo, fala-se em todo o saneamento e pavimentação, o que acontece é que esta candidatura a que agora se submeteram estes projetos é de pavimentação, tem a ver com mobilidade intermunicipal, ou seja, só poderá contemplar uma pequena parte de saneamento. Eventualmente poder-se-ia por todo o saneamento e poder-se-ia correr o risco dessa despesa não ser elegível. O Senhor Presidente deu o exemplo de Cabeça das Mós, referindo-se à candidatura que foi feita há três anos e que depois não funcionou, tendo sido aprovada e depois não havia dotação orçamental, entretanto estava na CCDR e passou para outro programa que era o POVT, para Lisboa e a Câmara teve de fazer a candidatura em Lisboa. Casos Novos, por exemplo, em pavimentação, tem 102 844 euros e de saneamento tem 275 000 euros, ou seja há aqui uma diferença que, para um concurso em que a prioridade é a pavimentação, tem-se 27% de pavimentação e 73% de saneamento, daí que Casos Novos não pudesse ter entrado. Todos os outros concursos, Valhascos por exemplo tem 79% de pavimentação e 21% de saneamento, Cabeça das Mós tem 68% de pavimentação e 32% de saneamento, Panascos tem 85% de pavimentação e 15% de saneamento, ou seja, só Casos novos é que tinha 73% de saneamento, era o inverso e como tal, não se pode candidatar. Assim que abra um concurso, a Câmara manifestará que é uma das suas prioridades, porque há ainda necessidades básicas do concelho que ainda não se conseguiu satisfazer e irá continuar, pedindo que haja a abertura desses concursos. O projeto está pronto e portanto, se quiser acreditar na Câmara e também é preciso que haja mais municípios necessitados, para que se justifique também a abertura desse concurso, não basta ser o único município a dizer que precisa e logo que seja possível, é aberto o concurso e a Câmara candidata Casos Novos também, para a pavimentação e o saneamento. -----

Interveio a senhora deputada referindo que nesta despectiva não é possível prever a abertura de concurso, que medidas a Câmara irá tomar para que se faça face à situação que é insustentável. -----

O Senhor Presidente referiu que se consegue perceber qual é a intenção da CCDR, se é abrir ou não uma candidatura dentro dessa área e na sua opinião, consegue-se perceber com alguma antecedência

e o que resta é esperar, por vezes as coisas correm bem e outras vezes não, o que é certo, é que agora tem de se ter aquilo que está agora em moda que e que os políticos dizem, que é ter um plano B para Casos Novos. -----

Interveio a Senhora deputada referindo que já esperam há muito tempo, porque foi dito que se faria e depois disseram que não e a sua intervenção vai no sentido de se saber em que pé é que as coisas estão, porque todos são munícipes e têm direito a saber como as coisas estão e face à realidade e as condições reais que se tem para trabalhar, para as pessoas não se sentirem enroladas ou enganadas.

O Senhor Presidente referiu que esta é uma das prioridades da Autarquia. O que a Câmara não pode fazer, até porque os seus recursos não são assim tantos, é correr o risco de fazer no próximo ano, começar em junho ou julho, a obra em Casos Novos e depois em outubro abrir uma candidatura. A Câmara está atenta, esta é uma prioridade e foi com muita pena que não se pode incluir Casos Novos, porque logo que houvesse oportunidade, e pediu perdão a todos os outros, a Câmara pensou que viesse Casos Novos, porque realmente está muito necessitada porque fala-se num montante de 378 mil euros, assim como a localidade de Panascos, e outras, mas em Casos Novos começa a ser difícil circular. -----

O Senhor Presidente continuou, referindo-se ao Mapa de Pessoal, que os documentos serão votados independentemente e como nada foi questionado sobre o mesmo, deduz que concordem com o documento, informando que existe uma proposta de concurso para cinco sapadores florestais e outra de abertura de lugares, para 3 pessoas na área da educação, porque é necessário e, na educação fazem falta e a Câmara quer realmente resolver as questões de forma diferente daquelas que têm sido resolvidas até aqui e, irá pedir-se autorização ao Ministério para que se possa abrir estes concursos, e daí estarem espelhados no quadro de pessoal. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves referindo-se à rubrica dos investimentos, a realizar no ano de 2014, querendo colocar uma missiva ao executivo, relativamente à renovação do parque automóvel e de máquinas, todas as operações que obviamente não tenham concurso publico, pedindo que se dê primazia às entidades bancárias locais e, ao abrigo do seu sigilo bancário, não pode divulgar o que foi feito anteriormente, pedindo encarecidamente que o fizessem, porque estas entidades locais bancárias vivem das comissões e das operações também, os balcões regionais são balcões muito pequenos, a população está cada vez mais envelhecida, não há natalidade, o número de clientes é dada vez mais diminuto e, é por isso que várias instituições bancárias estão a encerrar balcões e, se o

executivo puder ajudar as três entidades bancárias que estão no Sardoal, respeitadas, de valor, que toda a gente conhece a sua solvência, a sua liquidez, isso seria muito importante. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que a análise está a ser feita e vão ser pedidos às instituições bancárias precisamente formas de financiamento, há outras, que as próprias empresas vendedoras de automóveis têm, mas a opção da autarquia vai ser mesmo as entidades bancárias. -----

Considerando as alíneas a) e o) do nro. 1, do artigo 25º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria aprovar os Documentos Previsionais para o ano de 2014, bem como o Mapa de Pessoal, com 15 votos a favor da bancada parlamentar do PSD e do GIS e três abstenções, da bancada parlamentar do PS. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

4.PAEL – monitorização e acompanhamento;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que estão cumpridos os pagamentos, exceto um pagamento no valor de 60 euros, porque a Câmara não consegue fazer a transferência bancária. O valor total foi recebido, está tudo pago e agora é só a questão de ter de se cumprir com aquilo que foi o projeto submetido para aprovação em cumprimento dos propósitos da autarquia perante o PAEL. O Senhor Presidente referiu que foi uma boa medida ter-se aderido ao PAEL, foi o município do país que menos valor pediu, cerca de 400 mil euros, haveria outras alternativas através de acordos de pagamento, mas entendeu-se que esta seria a melhor forma, a dívida não se podia esconder e, toda a gente sabe que a Câmara tinha esta dívida, estava assumida e o que se queria, era que fosse paga o mais depressa possível aos fornecedores, para que pudesse haver alguma revitalização das suas atividades. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, para fazer uma chamada de atenção, relativamente à qualidade do documento, a digitalização não é das melhores e a leitura torna-se difícil e em alguns casos impossível, sugerindo e solicitando que sempre que se chegue a uma situação destas, é preferível enviar os documentos, digitalizados não assinados, porque muitas vezes o problema destas digitalizações tem a ver com as assinaturas, porque é impresso várias vezes e digitalizado para seguir para assinatura, sempre que se chegue a este tipo de situações, diria, quase extremas, se calhar seria preferível enviar o documento não assinado, porque assim dificultou uma

análise seguramente mais concreta da informação que ele tem e que é de facto importante porque basicamente tem-se o encerramento das contas a novembro, já se teve o junho “simulado” e dá de facto, uma perfeita ideia de como as coisas estão a evoluir. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento. -----

5.Procedimento concursal – sapadores florestais;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que terminado que esteve um período em que os sapadores de Sardoal, ou seja os sapadores florestais fizeram um contrato de três anos que terminou no mês de dezembro, é importante que se faça outro procedimento concursal para que se possa continuar a ter uma equipa de sapadores florestais no terreno o mais rapidamente possível. -----

Interveio o Senhor deputado Anacleto Batista referindo que na leitura do documento tem todo o sentido que seja emendado, onde diz concretamente “os contratos de trabalho da equipa de sapadores florestais foram celebrados por um período anual, todavia a candidatura ..., que só será legível” e, acha que é “elegível o financiamento e constituição da equipa em causa” . -----

Considerando os nros. 6 e 7 do artigo 6º da Lei nro. 12-A7 2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nro. 64/ 2008, de 31 de dezembro, 3-B/ 2010 de 28 de abril, 34/ 2010 de 02 de setembro, 55-A/ 2010, de 31 de dezembro e, 64-B/ 2011 de 30 de dezembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, aprovar a abertura de procedimentos concursal – sapadores florestais, com 15 votos a favor da bancada parlamentar do PSD e do GIS e 3 abstenções do PS.-----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

6.Lista dos compromissos, no âmbito da autorização aprovada pela A.M. em 28/09/2012.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o documento tem a ver com os pagamentos plurianuais, pagamentos que ainda são feitos, uma parte em 2013 e depois continuam em 2014 e tem a ver, quase a sua totalidade, com os transportes escolares. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia questionando se não falta mencionar algum contrato, pois falta o contrato nro. 42/2013 AP, celebrado no dia 11 de outubro de 2013, entre o município de Sardoal e a empresa Sai de Casa, no valor 40 000 euros, 39 852 euros, e que vigora até junho de 2014. -----

O Senhor Presidente da Câmara questionou se o Senhor deputado tinha verificado se constava da lista dos contratos anteriores, ao que o Senhor deputado respondeu que sim, até porque a lista anterior era

até ao dia 9 de outubro e esta começa exatamente no dia 10 e a assinatura do contrato é no dia 11, seguramente deve ter sido um lapso dos serviços por qualquer motivo. -----

O Senhor Presidente questionou se era um contrato plurianual e o Senhor deputado respondeu que sim, que começa em 2013 e termina em 2014 e tem a ver com a piscina coberta, para o período de outubro 2013 a junho de 2014. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que irá saber o que se passou junto dos serviços pois no momento não consegue dar essa resposta, assegurando que foi um lapso. -----

Disse ainda o Senhor Presidente que para bem desta Assembleia e para bem dos serviços, certamente o Senhor deputado não verificou o assunto neste momento, certamente analisou os documentos com mais antecedência e certamente teve oportunidade de comunicar com a Câmara Municipal, como é sua obrigação, como deputado e tentava-se resolver as questões e hoje traze-la aqui de uma forma clara, porque isto é uma coisa séria, esse contrato que o Senhor mencionou, a ser um lapso, é um lapso imperdoável e, o Senhor certamente que analisou os documentos com tempo, pedindo desculpas, referiu que já o devia ter feito e não ter esperado por esta hora para levantar esta questão, teria sido muito melhor, na sua função de deputado ter feito chegar um mail à Câmara Municipal e chamar à atenção para esse facto, que na sua opinião, esta é um função dos deputados e não só estar a levantar problemas e questões na Assembleia. -----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia referindo que a Assembleia Municipal cá estará para dar o mérito de todas as ações que sejam em prol da resolução dos problemas. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo ser óbvio que o podia ter feito, mas quer relembrar o Senhor presidente que a Assembleia municipal é o órgão fiscalizador. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara respondendo que é fiscalizador, mas tem também um papel construtivo e positivo para bem do concelho e, estaria neste momento a agradecer-lhe pelo facto de o Senhor deputado ter alertado para um lapso, que é um lapso com alguma gravidade e lamenta profundamente que não tenha tido o bom senso de ter comunicado aos serviços da Câmara e ter alertado para este lapso, se é que tem razão e, neste momento estaria aqui a louvar a sua atitude, agora, pelo contrário, lamenta-a. É certo que está a cumprir a sua função como órgão fiscalizador, mas quem gosta da terra, tem de ter uma postura que vá muito para além desta atitude única e simplesmente político partidária. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Período de Intervenção do Público

Interveio o munícipe Senhor Manuel Luis Costa, desejando continuação de boas festas e bom ano de 2014 a todos os presentes, cumprimentando o novo executivo remodelado e referindo esperar que nestes quatro anos possam efetivamente fazer boas coisas em benefício do concelho. -----

Continuou o munícipe, manifestando a sua satisfação porque, as pessoas andam por aí e de vez em quando vê coisas que lhes trazem alguma alegria e num dos últimos domingos de sol radioso no Sardoal, pode ver dois carros pararem junto ao majestoso eucalipto e deles saíram duas famílias e fotografaram-no, analisaram-no e viram-no. Fica radiante porque a imagem do Sardoal vai com certeza para longe e será recordado e falado, quando aquelas famílias puderem analisar as fotografias e verem uma árvore portentosa e vêem também uma cerca metálica trabalhada também, de uma maneira espetacular e, será com certeza motivo de conversa. O munícipe propôs que se retire a cerca pois não vá algum município do país querer copiar o projeto e a forma como está feita, com aqueles trabalhados todos e que é uma coisa bonita, não se quer com certeza que as coisas belas do concelho passem para outros lados, aquilo é do Sardoal, com muito orgulho. -----

O munícipe colocou outra questão, a qual não é de satisfação, dado que vê, vezes amiúde, uma equipa de homens que está instalada no Sardoal e, nesta altura que não há incêndios nem trabalho e ainda bem que assim é, para manter a forma física, correr e fazer outras coisas, uma maneira de ocuparem os seus tempos. Sabe, por conversas tidas com alguém particularmente, que não é da responsabilidade dos municípios, a ocupação destas pessoas, outros serão, mas dói-lhe quando vê uma equipa de homens aptos para trabalhar, com meios, com equipamentos, capazes de fazer um grande trabalho, passarem os seus tempos assim e, quando o Sardoal, como exemplo, se calhar as outras terras também, onde eles estão instalados, têm tantas coisas por fazer. Dói-lhe quando entra no Sardoal e olha a ribeira que foi limpa o ano passado, mas que já está suja outra vez, não se vendo onde é que ela está, vêem-se canas, balsas, sabendo que há gente que ocupa o seu tempo para se manter em forma, para se ocupar, andando por aí, estando no quartel, ocupando o seu tempo de uma outra forma, qua não seria, por exemplo, despendendo umas horas a fazer este tipo de trabalho. Referiu serem um todo, serem um país, são todos que pagam, todos são responsáveis por ter estas pessoas e, na sua opinião elas deviam ser utilizadas, se calhar, sendo esta a sua modesta opinião, se calhar erradamente, se calhar dirão que é um parolo, mas é isto que sente, por outro lado, queria louvar que, em tão pouco tempo, a entrada da Vila, para sul, se tenha modificado, foram feitas algumas coisas

que, quando se entra no Sardoal vê-se que houve uma mudança, pena é que, quando se para na ponte e se olha a ribeira, não se veja limpa, que é um local tão bonito do Sardoal. -----

O município terminou a sua intervenção renovando o seu voto de um bom ano e de bom trabalho neste mandato. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que se tem conhecimento da situação de agrado do Eucalipto, garantindo que os homens da autarquia e as máquinas não têm estado parados, está na lista de intervenções da Câmara, só que na verdade não tem sido uma prioridade. É verdade que não está bonito, ou então tem-se opiniões diferentes, o município acha que está bonito enquanto o Senhor Presidente acha que não, mas será em breve, está nos mapas de trabalho para ser executado, na verdade não foi uma prioridade, foi assim que a Câmara entendeu, mas brevemente o será. -----

Relativamente à força especial de bombeiros, a Câmara não tem qualquer autoridade sobre a mesma, sobre o seu método de treino, ou o que estão a fazer nesta altura do ano. Sobre a entrada do Sardoal, a mesma é para melhorar muito mais, está-se a pensar em desenvolver um projeto de intervenção que melhore toda aquela entrada, nomeadamente aquela barreira, logo que haja financiamento vai ficar-se com um espaço muito bonito. A ribeira foi limpa há um ano e brevemente terá de ser limpa outra vez e outras ribeira da zona também foram intervencionadas que não eram limpas há mais anos, por isso chegar-se-á lá. -----

O Senhor Presidente da Assembleia desejou a todos um bom ano, com votos de sucessos pessoais e sobretudo com muita saúde e lembrando que no dia seguinte iria haver um concerto da Filarmónica União Sardoalense, no Centro Cultural Gil Vicente, pelas 16 horas, sendo, na sua opinião, importante a presença de todos. -----

Interveio o Senhor deputado Francisco Lopes, pedindo desculpa por só agora colocar uma questão sobre o ponto um, relativamente à conversa que teve com a diretora do agrupamento de centros de saúde sobre a situação dos médicos atualmente no Sardoal. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que se sabe que a médica, dra. Johana, que está no Sardoal, irá cumprir o seu contrato até ao fim, no entanto, neste momento já estão mais três médicos a fazer serviços à hora, através de uma empresa de outsourcing. Também se sabe e, foi resultado da reunião havida com a diretora do ACES, que existe a possibilidade de se colocar mais uma médica, é até uma pessoa desta região, que irá fazer mais seis horas semanais, no entanto o Senhor Presidente apresentou uma proposta, que na sua opinião deve ser pensada muito a sério,

tendo-se disponibilizado à senhora diretora para se seguir este modelo, nomeadamente criar-se uma unidade de saúde familiar, e que, na sua opinião, é a única forma de se resolver o problema dos médicos no concelho, sendo certo que para tal, necessitar-se-á de mais utentes do que aqueles que se tem no concelho. O centro de saúde de Sardoal, tem cerca de quatro mil utentes, mas se o Sardoal se juntasse com outros postos da zona bem perto do concelho, far-se-ia um número suficiente, que poderá ser cinco mil, cinco mil e quinhentos a seis mil utentes, para que se constitua uma unidade de saúde familiar, que é um novo modelo de gestão, ou seja, existe um médico de saúde familiar que se propõe criar, tem de haver um médico que proponha criar essa unidade de saúde no concelho, tendo de convidar um grupo de médicos que constitui essa equipa de 4 ou 6, que será constituída também por enfermeiros e o próprio administrativo. É um trabalho de equipa feito por 6, 7 pessoas e que se rege por objetivos, todos têm o seu vencimento, mas se conseguirem determinados objetivos, subirão de escalão, o que é aliciante para quem está a trabalhar nesta área. Este modelo suscita-lhe algumas críticas, mas pondo na balança a unidade de saúde familiar e o modelo que se tem agora, que é muito instável, não tem qualquer dúvida que é melhor partir-se para uma unidade de saúde familiar. -----

A Câmara está no terreno, contactando com médicos que queiram vir liderar, tem de haver um que queira liderar esse projeto, candidatar esse projeto, procurando alguém que queira fazê-lo, que queira avançar e é a única forma de se resolver o problema dos médicos no concelho. Na sua opinião, se o sistema for idêntico ao dos professores, que haja concursos com lugares de trabalho, as pessoas candidatam-se aos lugares que estão disponíveis, mas não, infelizmente os próprios decisores esquecem-se que existe o interior que precisa de médicos e, ao contrário de outras profissões, eles ainda conseguem escolher os locais onde querem trabalhar. É garantidíssimo que daqui a três anos ter-se-á médicos no desemprego. O melhor é avançar com a unidade de saúde familiar se se conseguir arranjar alguém que lidere este processo. -----

Intervio o munícipe Senhor Manuel Lopes Costa, referindo-se a uma informação dada pelo Senhor Presidente, sobre os transportes, dando o exemplo de alguém que precise de ir ao Tojalinho, questionando com um caso prático, se eventualmente precisar de ir ao Tojalinho e tiver o seu carro na garagem, telefona à Câmara e diz que precisa de transporte, tendo sido interpolado pelo Senhor Presidente, que referiu que esse transporte é pago, este sistema é pago em função dos quilómetros, não é tão barato como a rodoviária, nem tão caro como o táxi, dando muita flexibilidade às pessoas que

queiram utilizar e também os roteiros que estão definidos têm ligação aos transportes locais, aos hospitais da nossa região e com Abrantes, faz articulação com os serviços que já existem da rodoviária. O Senhor Presidente da Câmara desejou um bom ano a todos e convidou os senhores deputados e colegas de bancada e a assistência presente a passar pelo espaço Cá da Terra, para uma pequena confraternização entre todos. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram 'nove horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____